

FACULDADE CATÓLICA DE ANÁPOLIS
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA INSTITUCIONAL

CLÁUDIA RODRIGUES DE SOUZA

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR

ANÁPOLIS - GO
OUTUBRO -2009

CLÁUDIA RODRIGUES DE SOUZA

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia apresentada à Coordenação Pedagógica do Curso de Pós-graduação da Faculdade Católica de Anápolis, como exigência parcial para obtenção do grau de Especialista em Psicopedagogia, sob orientação da Prof^a Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo.

Anápolis - GO

Outubro- 2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e da saúde;

A minha família que caminha sempre comigo dando-me incentivo para esta caminhada;

Aos mestres que estiveram conosco durante o curso e contribuíram com os valiosos ensinamentos para que chegássemos até aqui.

CLÁUDIA RODRIGUES DE SOUZA

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA INCLUSÃO ESCOLAR

Monografia apresentada à Coordenação da Faculdade Católica de Anápolis como requisito parcial à obtenção do título de Pós-graduação - Especialização em Psicopedagogia Institucional.

Anápolis-GO, ___ de Outubro de 2009

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Ms. Ivana Alves Monnerat de Azevedo
Orientadora

Prof^ª Ms. Kátia Cilene.....
Examinadora

Prof^ª. Esp. Marisa Roveda
Coordenadora

Nota: ____ (_____)

RESUMO

O estudo, baseado na pesquisa bibliográfica aborda o tema inclusão escolar, bem como o papel do Psicopedagogo no processo de aprendizagem dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, por meio dos estudos dos autores: ADORNO (1995); ALMEIDA (2002); AQUINO (1999); BOSSI (2000); GOTTI (1998); MACEDO (2005), entre outros, na busca de subsídios teóricos que identifiquem as características do processo de inclusão escolar que consiste em um desafio para todos os profissionais da educação, dentre esses, os professores. Apresenta também uma análise histórica da Psicologia, para uma melhor identificação do papel do psicopedagogo nos processos sociais e educacionais, se fazendo necessário enfatizar as principais transformações realizadas no âmbito escolar no que se refere o atendimento dos portadores de necessidades educacionais especiais, bem como as estratégias de aprendizagem e de verificação do desempenho escolar, por meio da intervenção do psicopedagogo junto à equipe escolar e à família desses alunos, por meio de um trabalho diagnóstico, preventivo, de conscientização e de orientação, com vistas à acabar com a exclusão e o isolamento dos mesmos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Psicopedagogo, Socialização. Aprendizagem.

ABSTRACT

The study, based on the literature addresses the issue of school inclusion and the role of Psychoeducator in the learning process of students with special educational needs, through studies of the authors: Adorno (1995), Almeida (2002); AQUINO (1999); BOSSI (2000); GOTTI (1998), Macedo (2005), among others, in search of theoretical data to identify the characteristics of school inclusion consisting of a challenge for all education professionals, among whom teachers. It also presents a historical analysis of psychology, for better identification of the role of psychologist in the social and educational, making it necessary to emphasize the major changes made in the school with regard to the care of people with special educational needs as well as the learning strategies and school performance verification, through the intervention of the psychologist with the school staff and families of these students, through a working diagnosis, prevention, awareness and orientation, with a view to ending the exclusion and isolation them.

KEYWORD: Education. Inclusion. Psychologist, Socialization. Learning.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I - A INFLUÊNCIA DA PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM	9
1.1. O que é Psicopedagogia	10
1.2. A Ação Psicopedagógica e a Transformação da Realidade Escolar	12
1.3. Estratégias de Aprendizagem e Desempenho Escolar	14
II – O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR	17
2.1. Ações da Educação Inclusiva	18
2.2. Inclusão e Interação	20
2.3. O Preconceito e a Inclusão	23
III – O ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO E SEU PAPEL NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	25
3.1. A Realidade da Inclusão Escolar	25
3.2. As Dificuldades da Implantação do Processo de Inclusão Educacional	27
3.3. A Contribuição do Psicopedagogo no Processo de Inclusão Escolar	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	33

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é o acesso, ingresso e permanência de alunos portadores de necessidades especiais nas escolas de ensino regular, independente de serem públicas ou privadas. Existe um grande interesse em transformar a educação dessas crianças considerando o fato de que a maioria recebe uma educação diferenciada por parte da família, o que leva a formação de problemas emocionais em diversos níveis gerando dificuldades na aprendizagem escolar.

A educação inclusiva é uma força renovadora na escola, ela amplia a participação dos estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma ampla reestruturação da cultura, da nossa práxis e das políticas vigentes na escola. É a reconstrução do ensino regular que, embasada nesse novo paradigma educacional, respeita a diversidade de forma humanística, democrática e percebe o sujeito aprendente, a partir de sua singularidade, tendo como objetivo principal, contribuir de forma que promova a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal para que cada um se construa como um ser global.

A instituição escolar precisa redefinir sua base de estrutura organizacional destituindo-se de burocracias, reorganizando grades curriculares, proporcionando maior ênfase à formação humana dos professores, e afinando a relação família-escola, propondo uma prática pedagógica coletiva, dinâmica e flexível, para atender esta nova realidade educacional. A educação inclusiva tem força transformadora, e aponta para uma nova era não somente educacional mas, para uma sociedade inclusiva.

O sistema educacional vigente está baseado na divisão de alunos normais e deficientes, e muitas vezes ignora o subjetivo, o afetivo, e desrespeita a diversidade essencial à espécie humana. O ambiente escolar respeita as deficiências e diferenças, reconhece que todos são diferentes, e que as escolas e os velhos paradigmas de educação precisam ser transformados para atender às necessidades individuais de todos os educandos, tenham eles ou não algum tipo de necessidade especial.

Em um mundo globalizado, e, diante de todos os desafios por ele oferecidos, a escola é um importante agente capaz de implantar o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, podendo, desta forma, oferecer oportunidades para que estas venham ocupar satisfatoriamente todos os segmentos da sociedade.

O psicopedagogo tem um papel importante no processo de inclusão de alunos portadores de necessidades especiais na escola, considerando que este dará suporte à família apoiando-a em seu crescimento, oferecendo suporte e apoio ao professor em sua prática educacional direcionando o melhor e mais seguro caminho para se atingir o objetivo que é a aprendizagem.

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que trata-se de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças.

Apesar das iniciativas acanhadas da comunidade escolar e da sociedade geral, é possível adequar a escola para um novo tempo. É necessário que o indivíduo esteja composto de boa vontade e compromisso, capaz de enfrentar com segurança e otimismo este desafio, enxergar a clareza e obviedade ética da proposta inclusiva, para que possa contribuir para o desmantelamento dessa máquina escolar enferrujada.

Para se alcançar um sistema educacional inclusivo é necessário partir do princípio de que todas as crianças podem aprender desde que se respeite e reconheça as diferenças de, idade, sexo, etnia, língua, deficiências ou inabilidades, faz-se necessário também que o sistema metodológico atenda às necessidades de todas elas.

Entende-se, pois, que a inclusão escolar é um desafio para a sociedade e, principalmente, para os educadores e profissionais que trabalham diretamente com ela, no entanto aborda-se as ações realizadas na educação inclusiva e, um dos grandes fatores que atrapalham o desenvolvimento desse projeto, o preconceito aos alunos portadores de necessidades especiais.

Desse modo, o psicopedagogo tem papel fundamental no desenvolvimento da educação inclusiva. Esse profissional enfrenta dificuldades distintas para que alunos, dentre esses, os portadores de necessidades educacionais especiais sejam aceitos no grupo, como sujeitos capazes de participar do processo de socialização e de ensino-aprendizagem.

Considerando as afirmativas apresentadas é possível analisar e discutir o papel de cada profissional ligado diretamente à educação do país, os pontos positivos e negativos, os limites e as possibilidades da realização do processo de inclusão, bem como a contribuição desse para a melhoria das relações sociais.

CAPÍTULO I

A INFLUÊNCIA DA PSICOPEDAGOGIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Para entender o que é a psicopedagogia e qual o papel do psicopedago perante a sociedade e à escola, é necessário buscar os primórdios e/ou origens dessa profissão e as benfeitorias por ela desenvolvidas, no que se refere aos problemas que interferem no processo ensino-aprendizagem e os mecanismos utilizados para a melhoria desse processo.

No entanto, relata-se que os primeiros Centros Psicopedagógicos foram fundados na Europa, em 1946, por J. Boutonier e George Mauco, com direção médica e pedagógica. Estes Centros uniam conhecimentos da área de Psicologia, Psicanálise e Pedagogia, onde tentavam readaptar crianças com comportamentos socialmente inadequados na escola ou no lar, e atender indivíduos com dificuldades de aprendizagem. (SAMPAIO, 2006)

Eperava-se, pois que através dessa união Psicologia-Psicanálise-Pedagogia, poderia conhecer a criança e o seu meio, para que fosse possível compreender a dificuldade de aprendizagem para determinar uma ação reeducadora e, diferenciar os que não aprendiam, apesar de serem inteligentes, daqueles que apresentavam alguma deficiência mental, física ou sensorial. No início a psicopedagogia teve uma trajetória de caráter médico-pedagógico. Hoje essas ações são independentes, mas complementares. (SAMPAIO, 2006)

No final do século XIX educadores, psiquiatras e neuro-psiquiatras preocuparam-se com as variantes que interferiam na aprendizagem e começaram a organizar novos métodos para a educação infantil. Nesta época apontaram como grandes colaboradores Seguin, Esquirol, Montessori e Decroly, entre outros. (ALVES, 2006)

Nos Estados Unidos, o mesmo movimento se desenrolava, porém, dava-se ênfase aos aspectos médicos, considerando a abordagem das dificuldades de aprendizagem um caráter biológico. (BOSSA, 2000)

O movimento americano proliferou a crença de que os problemas de aprendizagem tinham causas orgânicas e precisavam de atendimento especializado, o que influenciou parte do movimento da Psicologia Escolar. A corrente européia influenciou a Argentina, que passou a cuidar de suas pessoas portadoras de

dificuldade de aprendizagem, há mais de 30 anos, realizando um trabalho de reeducação. (ALVES, 2006)

Os conhecimentos da Psicanálise e da Psicologia Genética, além de todo o conhecimento de linguagem e de psicomotricidade, eram acionados para melhorar a compreensão das referidas dificuldades. (ALVES, 2006)

A Psicopedagogia chegou ao Brasil em uma época, década de 70, cujas dificuldades de aprendizagem eram associadas a uma disfunção neurológica denominada de disfunção cerebral mínima (DCM) que virou moda neste período, servindo para camuflar problemas sociopedagógicos. (SCOZ, 1991)

O Brasil recebeu influências tanto americanas, quanto européias, através da Argentina. Notadamente no sul do país, a entrada dos estudos de Quirós, Jacob Feldmann, Sara Paín, Alicia Fernández, Ana Maria Muñoz e Jorge Visca, enriqueceu o desenvolvimento desta área de conhecimento no país. (ALVES, 2006)

1.1. O que é Psicopedagogia

A Psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a influência do meio família, escola e sociedade no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios. (GASPARIAN, 1999)

É uma especialidade multidisciplinar que integra diversos conhecimentos nas áreas que envolvem a aprendizagem, como a Psicologia, Pedagogia, Neurologia, Fonoaudiologia, entre outras. (GASPARIAN, 1999)

O acompanhamento psicopedagógico tem como objetivo abordar o processo da aprendizagem, como esse se desenvolve e de que forma o indivíduo se relaciona com o aprender; nos aspectos cognitivos, emocionais e sociais.

Quando são identificadas dificuldades nesse processo, a Psicopedagogia busca suas origens, os possíveis distúrbios, as habilidades e as limitações do ser que aprende. Desse modo:

O psicopedagogo estimula o desenvolvimento de relações interpessoais, o estabelecimento de vínculos, a utilização de métodos de ensino compatíveis com as mais recentes concepções a respeito desse processo. Procura envolver a equipe escolar, ajudando-a a ampliar o olhar em torno do aluno e das circunstâncias de produção do conhecimento. (GASPARIAN, 1999, p. 83).

A intervenção psicopedagógica pode ser terapêutica, preventiva e de inclusão escolar. Sendo que o psicopedagogo pode atuar em vários lugares onde ocorre o processo de aprendizagem. Encontra-se com mais freqüência na instituição escolar ou em clinica particular.

No entanto, seu campo de atuação vem aumentando consideravelmente, sendo possível encontrar esse profissional também, atualmente, em hospitais infantis, trabalhando com crianças que necessitam ficar internadas por algum tempo. (BOSSA, 2000)

A contribuição da Psicopedagogia na Educação Infantil, embora esteja voltada para o processo de aprendizagem formal e seus problemas, pode contribuir com o trabalho realizado na Educação Infantil, sobretudo na prevenção de futuros problemas de aprendizagem. (BOSSA, 2000)

A Psicopedagogia consiste em um corpo de conhecimentos estruturados de diferentes maneiras. De acordo com ALVES e BOSSA (2005, p.61):

A Psicopedagogia é um campo no qual floresceu o conceito de sujeito autor, é uma área de estudo interdisciplinar que olha para o sujeito como um todo no contexto no qual está inserido, que estuda os caminhos do sujeito que aprende e apreende, adquire, elabora, saboreia e transforma em saber o conhecimento. A concepção de sujeito autor como aquele que constrói seu pensamento se faz presente através de um “corpo” que sente, existe, ama e proclama sua liberdade de ser, de estar e viver no eterno presente, no eterno agora.

O trabalho da Psicologia Escolar se realiza nos limites da psicologia, enquanto o trabalho Psicopedagógico se realiza na interface da Psicologia e da Pedagogia ou, mais recentemente, na interface da Psicanálise e da Pedagogia. E, segundo SCOZ (1991, p. 109):

A Psicopedagogia é uma área que estuda e lida com o processo de aprendizagem e suas dificuldades e que, numa ação profissional deve englobar vários campos do conhecimento integrando-os e sintetizando-os. Para a autora, a grande questão das escolas é encontrar caminhos que possibilitem ao professor a revisão de sua própria prática descobrindo alternativas possíveis para melhorar sua ação. Isso só é possível se o profissional da educação tiver acesso às informações das várias ciências - Pedagogia, Psicologia, Sociologia, Psicolinguística, de forma a atingir um conhecimento profundo vinculado a realidade educacional que, possibilite uma visão global do aluno.

Pode-se afirmar que existe uma diferença quanto à origem histórica entre a Psicologia Escolar e a Psicopedagógica, pois surgiu a partir de um trabalho clínico

dedicado ao trabalho com aqueles que apresentavam dificuldades na aprendizagem por problemas específicos. (MACEDO, 2005)

Em relação ao campo de atuação O trabalho da Psicologia Escolar se realiza nos limites da Psicologia, enquanto o trabalho Psicopedagógico se realiza na interface da Psicologia e da Pedagogia ou na interface da Psicanálise e da Pedagogia. Neste ultimo caso, busca entender e intervir no processo de ensino e aprendizagem, levando em conta o inconsciente e a relação transferencial. (MACEDO, 2005)

Pode-se afirmar, então, que a brincadeira é a atividade privilegiada da infância. Isso lhe ajuda na sua constituição psíquica como no seu processo de desenvolvimento, de aprendizagem e de socialização, e o psicopedagogo pode desempenhar o papel de intermediador dessas atividades para os alunos, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não. (MACEDO, 2005)

1.2. A Ação Psicopedagógica e a Transformação da Realidade Escolar

É correto afirmar que a atuação do Psicopedagogo na instituição visa a fortalecer sua identidade, bem como buscar o resgate das raízes dessa instituição, ao mesmo tempo em que procura sintonizá-la com a realidade vivenciada no momento histórico atual, buscando adequar essa escola às reais demandas da sociedade. (ALMEIDA, 1992)

Durante todo o processo educativo, esse profissional procura investir em uma concepção de ensino-aprendizagem que fomente interações interpessoais, incentive os sujeitos da ação educativa a atuarem considerando, integradamente, as bagagens intelectual e moral, estimulando a postura transformadora de toda a comunidade educativa para, de fato, inovar a prática escolar.

Para isso é necessário que sejam enfatizados os conceitos e conteúdos estruturantes, com significado relevante, de acordo com a clientela bem como oriente e interaja com o corpo docente no sentido de desenvolver mais o raciocínio do aluno, ajudando-o a aprender a pensar e a estabelecer relações entre os diversos conteúdos. (ALMEIDA, 1992)

Dessa forma, juntamente com toda a equipe escolar, o Psicopedagogo irá mobilizá-la para a construção de um espaço de ensino-aprendizagem concreto orientado pela visão de processo, através do qual todos os participantes se articulem na identificação dos pontos principais a serem intensificados e hierarquizados, para

que não haja ruptura da ação, mas continuidade crítica que impulsiona a todos, em direção ao saber que definem e lutam por alcançar. (BOSSA, 2000), continuando:

A escola é responsável por parcela significativa da formação do ser humano, o trabalho psicopedagógico na instituição escolar, que podemos chamar de psicopedagogia preventiva, cumpre a importante função de socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de normas de conduta inseridas num mais amplo projeto social, procurando afastar, contrabalançar a necessidade de repressão. BOSSA (2000, p. 33)

Assim, a escola, como mediadora do processo de socialização, é vista como um produto da sociedade em que o indivíduo vive e participa, onde o professor não apenas ensina, mas também aprende, aprende conteúdos, aprende a ensinar, a dialogar e liderar; aprende a ser cada vez mais um cidadão do mundo, coerente com sua época e seu papel de ensinante, que é também aprendente. Agindo assim, a maioria das questões poderá ser tratada de forma preventiva, antes que se tornem verdadeiros problemas. (BOSSA, 2000).

Visando favorecer a apropriação do conhecimento pelo ser humano, ao longo de sua evolução, a ação psicopedagógica consiste na leitura e na releitura do processo de aprendizagem, bem como na aplicabilidade de conceitos teóricos que lhe dêem novos contornos e significados, gerando práticas mais consistentes, que respeitem a singularidade de cada um e consigam lidar com resistências. (SANTOS, 2005)

A ação desse profissional jamais pode ser isolada, mas integrada à ação da equipe escolar, buscando, em conjunto, vivenciar a escola, não só como espaço de aprendizagem de conteúdos educacionais, mas de convívio, de cultura, de valores, de pesquisa e experimentação, que possibilitem a flexibilização de atividades docentes e discentes. (SANTOS, 2005)

A prática psicopedagógica tem contribuído para a flexibilização da atuação docente na medida em que coloca questões que estimulam a reflexão e a confrontação com temáticas ainda insuficientemente discutidas, de manejo delicado, que, na maioria das vezes, podem produzir conflito. Isto se deve, em geral, ao quadro de comprometimento do aluno/instituição, que apresenta dificuldades múltiplas, envolvendo as competências cognitivas, emocionais, atitudinais, relacionais e comunicativas almejadas e necessárias à sociedade. Assim, em decorrência, ações específicas, integradas e complementares de diferentes profissionais devem compor um projeto de escola coerente e impulsionador de

valores e relações humanas vividos no ambiente escolar, por meio de um Projeto que envolva o recurso humano: professores, alunos, comunidade para, através dele, transformar não só a cultura que se vive na escola, mas na sociedade. (SANTOS, 2005)

1.3. Estratégias de Aprendizagem e Desempenho Escolar

As teorias recentes de aprendizagem têm se preocupado com a interação entre o material a ser aprendido e os processos psicológicos necessários para aprender. A realização desse processo se dá através de estudos sobre o modo pelo qual o aprendiz obtém, seleciona, interpreta e transforma a informação.

Através de pesquisas realizadas acredita-se que é possível ajudar os alunos a exercer mais controle e refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem, através do ensino de estratégias utilizado para a mesma, e conseqüentemente, o papel que as estratégias de aprendizagem desempenham, tanto para uma aprendizagem efetiva quanto para a auto-regulação, tem sido cada vez mais reconhecido pelos educadores. (ZIMMERMAN & MARTINEZ-PONS, 1986)

Para os psicólogos cognitivos a aquisição dos conhecimentos implica em, os indivíduos serem capazes de ir, além do conhecimento factual, em direção ao desenvolvimento de uma capacidade de pensar sobre os próprios pensamentos, e segundo BOEKAERTS (1996, p. 47):

Trata-se da metacognição que envolve o pensar sobre as cognições, sobre o comportamento e sobre o próprio processo de aprendizagem, bem como a auto-regulação da aprendizagem. A metacognição refere-se ao conhecimento dos próprios processos de conhecer, num planejamento, predição e monitoramento do próprio processo de aprender.

Nessa prática, as estratégias de aprendizagem são técnicas ou métodos que os alunos usam para adquirir a informação, como aponta POZZO (1996, p. 112):

As estratégias de aprendizagem vêm sendo definidas como seqüências de procedimentos ou atividades que se escolhem com o propósito de facilitar a aquisição, o armazenamento e/ou a utilização da informação. Em nível mais específico, as estratégias de aprendizagem podem ser consideradas como qualquer procedimento adotado para a realização de uma determinada tarefa.

As estratégias de aprendizagem podem ser subdivididas em ensaio, elaboração, organização, monitoramento e estratégias afetivas. As estratégias de ensaio envolvem repetição ativa tanto pela fala como pela escrita o material a ser aprendido. As

estratégias de elaboração implicam na realização de conexões entre o material novo a ser aprendido e o material antigo e familiar. (WEINTEIN E MAYER, 1985)

As estratégias de organização referem-se à imposição de estrutura ao material a ser aprendido, seja subdividindo-o em partes, seja identificando relações subordinadas ou superordinadas, e as estratégias de monitoramento da compreensão implicam que o indivíduo esteja constantemente com a consciência realista do quanto ele está sendo capaz de captar e absorver do conteúdo que está sendo ensinado. As estratégias afetivas referem-se à eliminação de sentimentos desagradáveis, que não condizem com a aprendizagem. (WEINTEIN E MAYER, 1985)

As estratégias de aprendizagem anteriormente mencionadas podem ser organizadas, também em três grandes grupos: 1) estratégias cognitivas (estratégias de ensaio, elaboração e organização), 2) estratégias metacognitivas (estratégias de planejamento, monitoramento e regulação) e 3) estratégias de administração de recursos (administração do tempo, organização do ambiente de estudo, administração do esforço e busca de apoio a terceiros). (DEMBO, 1994).

Sobre essa organização Silva e Sá (1997, p. 13) explicam:

A instrução em estratégias de aprendizagem abre novas perspectivas para uma potencialização da aprendizagem permitindo aos estudantes ultrapassar dificuldades pessoais e ambientais de forma a conseguir obter um maior sucesso escolar.

Os professores precisam conscientizar-se de que suas metas educacionais não se resumem na transmissão de conhecimentos e que devem portanto atuar no sentido de promover o desenvolvimento dos processos psicológicos pelos quais o conhecimento é adquirido, ensinando aos alunos a aprender a aprender. (POZZO, 1996)

Entretanto, Mettrau e Mathias (1998, p. 37) afirmam que:

Os professores possuem pouco conhecimento não só a respeito de como se expressa a inteligência humana, mas também sobre o papel das estratégias de aprendizagem, da auto-reflexão e dos processos metacognitivos na aprendizagem.

Os educadores devem também, se direcionar no sentido de realizar uma reflexão crítica sobre a maneira preconceituosa e estereotipada, principalmente ao rendimento escolar insatisfatório, para que seja possível transformar o discurso do aluno "culpado pelo seu próprio fracasso escolar" numa atitude de confiança e credibilidade na capacidade do mesmo para "aprender a aprender" e se tornar um aprendiz motivado e auto-regulado. (DARSIE, 1996)

No entanto, o constante estudo do psicopedagogo é importante para que se possa melhorar o processo ensino-aprendizagem através do trabalho com profissionais em educação, educadores e alunos, sejam eles portadores de necessidades especiais ou não. Considera-se o papel desse profissional fundamental para o sucesso no aprendizado do aluno e no sucesso do trabalho do professor dentro e fora da sala de aula.

CAPÍTULO II

O DESAFIO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Considera-se a inclusão escolar um desafio para o processo ensino-aprendizagem devido a vários aspectos que serão discutidos no desenvolvimento do presente trabalho. É importante que o profissional em educação trabalhe com todos os envolvidos a questão do preconceito, das dificuldades de aprendizagem, da avaliação e do desenvolvimento da mesma. É importante que os alunos sejam previamente estudados e acompanhados por profissionais competentes capazes de diagnosticar possíveis dificuldades e trabalhar formas eficazes de desenvolvimento e avaliação desses educandos.

Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos países nórdicos (NIRJE, 1969), quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação, assim como as atitudes sociais em relação às pessoas com deficiência. (BOSSA, 2000)

O modelo educacional atual mostra há algum tempo sinais de esgotamento. As diferenças culturais, sociais, étnicas e religiosas já há algum tempo estão presentes nas escolas brasileiras, por ser o Brasil um país repleto de multiplicidade.

Vive-se em um mundo onde é impossível fechar os olhos à diferença, principalmente à diferença da igualdade. Todos possuem o mesmo direito de ser diferentes na igualdade. Contudo, nunca se valorizou tanto o direito natural de cada um se expressar conforme suas próprias características individuais, cuja diferença está em que cada indivíduo pode elevar a sua mais alta potência suas particularidades, é se a pessoa é capaz ou não de sobressair ao explorar as próprias particularidades. (MANTOAN, 2005)

Nessa perspectiva, as análises constantes nesse capítulo referem-se a diferença através de pontos positivos capazes de promover a igualdade entre os indivíduos ainda que os mesmos tenham certas diferenças visíveis aos olhos de quem convive com eles. No entanto, com palavras de fácil interpretação, SANTOS (2001, p. 54) relata que há um lado positivo na diferença, porém:

[...] assim como a igualdade, a diferença pode ajudar ou prejudicar. Por isso, cada um tem o mesmo direito a ser iguais ou diferentes. Temos direito de ser iguais quando a diferença não inferioriza e direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.

Atualmente, o Brasil possui uma sociedade democrática, capitalista e de uma consciência de vida como nunca antes se viu.

Todos esses fatores reunidos acabam gerando um campo propício para a chamada inclusão social, seja por ideais ou por motivos financeiros ou morais. A verdade é que existe uma tendência a incorporar todas as pessoas na vida social, principalmente, nas grandes cidades, pois:

A inclusão, muito mais do que submeter é abranger, acolher. A tendência hoje é de uma sociedade inclusiva, porque, os valores seguidos na atualidade, é a via que melhor satisfaz ao indivíduo em particular e à sociedade em geral. Quando o indivíduo está e se sente incluído, têm mais chances de vencer na vida, por se sentir mais seguro e ter de fato mais oportunidades. Por sua vez, uma sociedade onde seus cidadãos conseguem se realizar como indivíduos, têm mais chances de sucesso e estabilidade. (MANTOAN, 2005, p. 81)

O processo de inclusão está diretamente ligado à sociabilização de cidadãos munidos de direitos como todos os outros e com deveres meramente limitados segundo a sua relação com a sociedade em que vivem. (ALVES & BOSSA, 2005).

2.1. Ações da Educação Inclusiva

Entende-se que é preciso mudar a escola e mais precisamente, o ensino nelas ministrados para que esta possa trabalhar de forma qualitativa a inclusão em seu meio social. A escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação na virada do século.

Mudar a escola significa enfrentar uma tarefa que exige muito trabalho e nesse destaca-se as decisões consideradas primordiais, para que se possa transformar a escola, em direção de um ensino de qualidade e, em conseqüência, inclusivo. (MANTOAN, 1991)

Inicialmente é importante colocar a aprendizagem como o eixo das escolas, porque escola foi instituída para fazer com que todos os alunos aprendam. Outro fator refere-se à garantia de tempo para que todos possam aprender e eliminando a repetência. Assim, a abertura de espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, consistem em habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania, como também Estimular, formar

continuamente e valorizar o professor, principal responsável pela tarefa fundamental da escola - a aprendizagem dos alunos é fator essencial para o processo de inclusão. (SANTOS, 2002).

Para melhorar as condições pelas quais o ensino é ministrado nas escolas, visando, a universalização do acesso, ou seja, a inclusão de todos, incondicionalmente, na escola, como forma de democratizar a educação, é colocada a sugestão que, felizmente, já está ocorrendo em muitas redes de ensino, verdadeiras vitrines que expõem o sucesso da inclusão. (SANTOS, 2002)

A primeira sugestão para que se caminhe para uma educação de qualidade e inclusiva consiste em estimular as escolas para que elaborem com autonomia e de forma participativa o seu Projeto Político Pedagógico, diagnosticando a demanda. Santos (2002, p. 87) destaca também, que:

Sem que a escola conheça os seus alunos e os que estão à margem dela, não será possível elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que se insere, que deveria ser a segunda atitude a ser tomada. A integração entre as áreas do conhecimento e a concepção transversal das novas propostas de organização curricular consideram as disciplinas acadêmicas como meios e não fins em si mesmas e partem do respeito à realidade do aluno, de suas experiências de vida cotidiana, para chegar à sistematização do saber.

Essa experiência varia entre os alunos, mesmo sendo membros de uma mesma comunidade, a implantação dos ciclos de formação é uma solução justa, embora ainda muito incompreendida pelos professores e pais, por ser uma novidade e por estar sendo ainda pouco difundida e aplicada pelas redes de ensino.

De fato, atribui-se mais tempo para que os alunos aprendam, eliminando a seriação, a reprovação, nas passagens de um ano para outro, desta forma, adequa-se o processo de aprendizagem ao ritmo e condições de desenvolvimento dos aprendizes - um dos princípios das escolas de qualidade para todos. (SANTOS, 2002)

Por outro lado, a inclusão não implica em que se desenvolva um ensino individualizado para os alunos que apresentam déficits intelectuais, problemas de aprendizagem e outros, relacionados ao desempenho escolar, pois na visão de uma escola inclusiva, não se segrega os atendimentos, seja dentro ou fora das salas de aula e, portanto, nenhum aluno é encaminhado, mas tem acesso a um currículo adaptado. (SANTOS, 2002)

Nesse contexto, o professor não predetermina a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem construídos pelos alunos, como também não facilita as atividades

para alguns, porque, de antemão prevê que dificuldade poderão encontrar para realizá-las. Porque é o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele é capaz de regular o seu processo de construção intelectual. (SANTOS, 2002)

Além dessas sugestões ainda é válido considerar a utilização de critérios eficazes de avaliação tendo a aprendizagem como centro das atividades escolares, e o sucesso dos alunos como meta da escola, cujos métodos e as técnicas de ensino sejam capazes de garantir sucesso na aprendizagem dos mesmos, diversificando o trabalho coletivo e ampliando o tutoramento, por meio da descentralização da gestão administrativa. É importante também que diretor e coordenador desempenhem minuciosamente seu papel. (SOUZA NETO, 2003)

2.2. Inclusão e Interação

Basicamente a diferença entre esses termos é simples. Na inclusão é a escola que abre seus espaços para acolher todos os alunos e na integração é o aluno que tem que se adaptar às exigências da escola. Na primeira, o fracasso escolar é de responsabilidade da escola, ou melhor, de todos (autoridades, professores, pais, alunos); na segunda, o fracasso é do aluno que não teve competência para se adaptar às regras inflexíveis da escola, que presta mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais das crianças. A inclusão é estar com o outro; a integração é estar junto ao outro. Mantoan (1988, p. 29) relata que:

Sabemos que a situação atual do atendimento às necessidades escolares da criança brasileira é responsável pelos índices assustadores de repetência e evasão no ensino fundamental. Entretanto, no imaginário social, como na cultura escolar, a incompetência de certos alunos - os pobres e os deficientes - para enfrentar as exigências da escolaridade regular é uma crença que aparece na simplicidade das afirmações do senso comum e até mesmo em certos argumentos e interpretações teóricas sobre o tema.

Por outro lado, já se conhece o efeito solicitador do meio escolar regular no desenvolvimento de pessoas com necessidades educacionais especiais em um lugar comum afirmar-se que é preciso respeitar os educandos em sua individualidade, para não se condenar uma parte deles ao fracasso e às categorias especiais de ensino. Ainda assim, é visto como ousada, para a maioria das pessoas, a idéia de que o ser humano é único, singular e que é injusto e inadequado categorizá-lo, a qualquer pretexto. (MANTOAN, 1988)

Todavia, apesar desses contra-sensos, considera-se normal a presença de déficits nos nossos comportamentos de todos indivíduos e nas áreas onde atuam, pessoal ou grupal, assim como em um ou outro aspecto do desenvolvimento físico, social, cultural. A diversidade no meio social e, especialmente no ambiente escolar, consiste em um fator determinante do enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem, pois, de acordo com Souza Neto (2003, p. 28)

Acredita-se que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos deficientes. Em consequência, a educação especial adquirirá uma nova significação. Tornar-se-á uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos, o dos deficientes, mas especializada no aluno e dedicada à pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatível com os ideais democráticos de uma educação para todos.

Nessa perspectiva, os desafios a serem enfrentados são inúmeros, e toda e qualquer investida no sentido de se ministrar um ensino especializado consistem em ultrapassar as condições atuais de estruturação do ensino escolar para deficientes. Em outras palavras, depende da fusão do ensino regular com o ensino especial. (SOUZA NETO, 2003)

Dessa forma, a fusão refere-se à incorporação de elementos distintos para se criar uma nova estrutura, na qual desaparecem os elementos iniciais, tal qual eles são originariamente. Assim sendo, instalar uma classe especial em uma escola regular nada mais é do que uma justaposição de recursos, assim como o são outros, que se dispõem do mesmo modo. (ALVES & BOSSA, 2005)

A noção básica relativa à integração está relacionada diretamente ao princípio de normalização, que não sendo específico da vida escolar, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptação.

Assim, a normalização torna-se acessível às pessoas desvalorizadas socialmente e os modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um determinado meio ou sociedade. Implica, pois, na adoção de um novo paradigma de entendimento das relações entre as pessoas fazendo-se acompanhar de medidas que objetivam a eliminação de toda e qualquer forma de rotulação e, AQUINO (1999, p. 55) acredita que:

A inclusão é uma opção de inserção, que questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de integração. A noção de inclusão não é incompatível com a de integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocados na corrente principal.

Nessa visão, o vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos. A meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo.

Desse modo, as escolas inclusivas perseguir metas viáveis à construção de um sistema educativo que considera as diferenças de todos os alunos proporcionando uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa, de forma geral.

A metáfora da inclusão, dessa forma, se reverte em um caleidoscópio que necessita de todos os pedaços que o compõem. Quando se retira pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado (AQUINO, 1999)

A integração escolar, representada pelo sistema de cascata, é uma forma de inserção que vai depender do aluno, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar, a sua integração, seja em uma sala regular, em uma classe especial, ou mesmo em instituições especializadas.

Já a inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou grupo de alunos que não foram anteriormente excluídos, cuja meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar. Para tanto, terá que se adaptar às particularidades de todos os alunos para concretizar a sua metáfora - o caleidoscópio. (AQUINO, 1999)

Por isso considera-se a inclusão necessária para o desenvolvimento social do portador de necessidades educacionais especiais, uma vez que é esse o meio que fará com que o mesmo se sinta integrante de uma sociedade humana e justa. A interação desse indivíduo se dá posteriormente à inclusão, portanto, cabe a profissionais competentes trabalharem tal fator que desencadeará tendências que até o momento permaneciam interiorizadas.

2.3. O Preconceito e a Inclusão

A educação se dá num contexto de relações entre pessoas, sendo possível observar que as pessoas agem segundo seus princípios, e suas convicções e que esses, nem sempre são suficientemente claros e conscientes. Com isso, pode-se dizer que o professor e seus alunos vivem em um emaranhado de relações que podem contribuir positiva ou negativamente para a qualidade do ensino, pois em muitos casos, essas relações podem ser fatores decisivos nesse processo. (MANTOAN, 2005)

Adorno (1995, p. 120) aponta algumas saídas para esse problema, através do não-exemplo na condição histórica da humanidade que insere o preconceito em seu âmbito:

A estrutura básica da sociedade com os seus membros, responsáveis por termos chegado onde estamos, não mudaram nesses vinte e cinco anos. Milhões de pessoas inocentes – e só o simples fato de citar números já é humanamente indigno, quanto mais discutir quantidades – foram assassinadas de maneira planejada.

Nesse contexto, a forma como o professor vê o seu aluno acaba muitas vezes por determinar a sua interação com ele, influenciando necessariamente na sua auto-imagem e nas representações a respeito de si próprio, de seu desempenho como estudante e de suas possibilidades de aprendizagem.

Essas representações são conhecimentos construídos na experiência escolar, mas que não são tão facilmente observáveis para o professor quanto aquilo que seu aluno está aprendendo nas aulas de Matemática, Português e outras áreas. (SOUZA NETO, 2003)

Deve-se ressaltar, no entanto, que o preconceito corresponde a um grande desrespeito à lei, porém, há também, interpretações tendenciosas na legislação educacional, assim como, os problemas relativos ao entendimento conceptual.

Tudo isso leva à redução da inclusão escolar aos alunos classificados como Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE), e neste mundo globalizado, tanto importa-se pensamentos quanto exporta-se. Contudo, verifica-se que na prática, nas escolas, não é encontrada a aplicação dessas inovações. (MANTOAN, 2005)

Sobre os atos de preconceito MARTINS (2002, p.45) relata que se deve alterar as relações sociais, como forma de produção de novas relações, e assim,

É preciso, sobretudo, compreender a nossa incompreensão, a nossa resistência em compreender o outro como agente de reprodução de iniquidade que o vitima e ao vitimá-lo nos vitima também. Porque no fim, na prepotência de querer libertá-lo, o que queremos é nos libertar dele, nos livrar dele. Porque não estamos propondo a construção do novo – apenas a extensão a ele do que já é velho, dos mecanismos de reprodução das relações sociais e não da produção de novas relações.

Considera-se, pois, que a inclusão é uma forma de exclusão e o contrário da inclusão é a marginalização, considerando o âmbito educacional. É assim que esse sistema está sendo reproduzido, considerando que se tornou conservador, ultrapassado e preconceituoso.

O preconceito possui então, uma via de mão dupla, serve para resistir a uma ameaça e também para mantê-lo à distância – vale dizer, reprodução do preconceito pela distância, desconfiança, hostilidade, pontua que os preconceitos têm a capacidade de manter a estabilidade e a coesão da integração dada a determinado grupo social. Daí a coesão desse grupo deve ser mantida em estruturas sociais, que não só os mantenham, mas como os beneficie enquanto privilégios inerentes ao grupo social a que pertencem. (HELLER, 2002)

De acordo com as normas educacionais vigentes não se deve existir preconceitos em qualquer aspecto. Não deve haver distinção no tratamento aos alunos, o profissional deve saber lidar com a sua turma, com os seus clientes de forma que sejam banidos qualquer situação que constranja um determinado indivíduo.

A necessidade educacional especial deve ser vista como forma de acrescentar qualidade ao processo ensino-aprendizagem considerando o fato de estar sociabilizando indivíduos e preparando-os para uma sociedade futura onde o preconceito e as diferenças estarão minimizados.

CAPÍTULO III

O ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO E SEU PAPEL NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Como já foi mencionado, o Psicopedagogo tem papel fundamental no ambiente escolar, principalmente em se tratando de educação inclusiva, visto que é de responsabilidade desse profissional atentar os alunos sobre a importância em se relacionar de forma igualitária com qualquer indivíduo.

No entanto, os desafios da inclusão escolar de pessoas com deficiências são incontáveis visto que existem barreiras na organização educacional no Brasil. (MIRANDA, 2001)

Priorizando o bem estar da criança com necessidades educacionais especiais e os comprometimentos em que resultam suas limitações motoras, cognitivas e sociais percebe-se a importância de um espaço educativo onde suas possibilidades sejam estimuladas. De acordo com Almeida (1992, p. 76):

O atendimento psicopedagógico, auxilia no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades especiais como suporte transitório e circunstancial, através de interações com jogos, atividades corporais, gráficas, e lúdicas de sensibilização e criatividade que estimulam a auto-estima, o auto-conhecimento, a superação de desafios, em busca do saber próprio. Trabalhando sempre com as possibilidades do sujeito torna-se possível conhecer a relação que este estabelece com o conhecimento e de que forma articula o seu corpo, organismo desejo e sua inteligência na busca de suas aprendizagens. São utilizadas estratégias psicopedagógicas previamente organizadas a partir da necessidade real da criança, tais como: adaptações motoras, atividades adequadas a modalidade de aprendizagem correspondente, vivências sensorio-motoras, construções referentes ao campo conceitual e orientações à família e a escola.

Essa mediação oportuniza a organização de um espaço criado no momento psicopedagógico, viabilizando a interação entre o Psicopedagogo e a criança com necessidades especiais, objetivando a reorganização de seu saber, visando o alcance de sua autonomia e de sua realização pessoal.

3.1. A Realidade da Inclusão Escolar

É comum observar atualmente as resistências dos educadores manifestadas por meio de questionamentos e queixas ou até mesmo com expectativas de que apresentar soluções mágicas, para a prática educativa inclusiva.

O problema se agrava quando depara-se com um professor totalmente dependente do apoio ou assessoria de profissional da área da saúde, pois nesse caso a questão clínica se sobressai e novamente o pedagógico fica esquecido.

Segundo Libâneo (2001, p. 32):

Parece que o professor está esquecendo do seu papel, porém não se considera, o momento do professor, sua formação, as condições da própria escola em receber esses alunos, que entram nas escolas e continuam excluídos de todo o processo de ensino-aprendizagem e social, causando frustração e fracassos, dificultando assim a proposta de inclusão.

Os professores, na maioria das vezes, julgam-se incapazes de atender essa demanda, despreparados e impotentes frente a essa realidade que é agravada pela falta de material adequado, de apoio administrativo e recursos financeiros.

Observa-se, pois, que o professor encontra-se perdido quanto à inclusão. Alunos e professores estão despreparados para aceitar indivíduos portadores de necessidades especiais e por imposição do MEC as escolas tem que recebê-los. (MENDES, 2002)

Porém, questiona-se acerca das metodologias mais rápidas, eficientes e adequadas para serem utilizadas como meios que propiciam o desenvolvimento psico-social e educacional desses alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

Há ainda certa insegurança quanto ao tratamento e aplicação desses métodos que contribuem para o desenvolvimento de um trabalho qualitativo. Deve-se, pois, considerar também os conflitos que se estabelecem nas relações frente às questões relativas à gratificação no plano salarial e o aumento no trabalho para os professores do ensino regular. (MATTOS, 2000).

Cabe salientar ainda que segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), alguns fatores ainda interferem na inclusão, como a ignorância negligência, a superstição e o medo. Esses fatores são mantidos certamente pela desinformação a respeito das deficiências e inclusão. (WERNEK, 1997).

É correto afirmar que os educadores encontram, na realidade, problemas estruturais e psicológicos para lidar diretamente com a inclusão. A falta de estrutura física da maioria das instituições de ensino é um dos principais fatores que atrapalham o sucesso no processo inclusivo.

O despreparo dos profissionais para receber alunos com necessidades educacionais especiais também é um fator muito importante que deve ser citado. A

maioria deles trabalha com medo de não conseguir atingir o objetivo de promover a qualidade no ensino.

O preconceito e o despreparo dos colegas também fazem parte dessa realidade, no entanto considera-se que o mundo globalizado e o trabalho contínuo da sociedade transformarão todos esses obstáculos em degraus para que a inclusão escolar seja um sucesso em tempos futuros.

3.2. As Dificuldades da Implantação do Processo de Inclusão Educacional

A pessoa com necessidades educacionais especiais nem sempre foi valorizada e respeitada por seus diferentes, por muito tempo representaram segmento totalmente ignorado, sendo, portanto, vítima de abandono, da rejeição, dos maus-tratos e até das mutilações.

Foi apenas a partir do século XX que começou a ter uma melhor aceitação do deficiente, momento em que se iniciou a sua desinstitucionalização e educação escolar. Até esse período eram segregados e praticamente privados de convívio social. Entretanto, verifica-se que as conquistas ainda foram poucas, pois o preconceito, a ignorância e a discriminação ainda são muito fortes em relação ao deficiente e a deficiência. (MATTOS, 2000)

No entanto, pode-se destacar que desenvolver a inclusão sem a estrutura necessária torna-se um processo complicado, quando se trata do desenvolvimento psicológico e educacional do indivíduo, pois não se trata apenas do aprender, trata-se, também de um processo de sociabilização, na tentativa de minimizar preconceitos trazidos desde tempos remotos. (GOTTI, 1998)

As pessoas com necessidades especiais (PNEE) devem vivenciar a inclusão não somente na escola como também no cotidiano, na sociedade. Especificamente, no âmbito educacional a inclusão consiste em uma prática de difícil realização, pois a insegurança dos educadores, a falta de estrutura física do ambiente e de atendimentos psicológicos especiais, do preconceito, e da dificuldade, até mesmo do próprio portador de necessidades educacionais especiais em se adaptar ao meio tornam-se fatores altamente responsáveis pelo insucesso da educação inclusiva, como foi destacado anteriormente.

Por outro lado é importante perceber a importância do processo de inclusão no ambiente educacional. Segundo Hemmingson (2001, p.23):

Em pesquisa que realizamos, escolas que tinham alunos com deficiência física estudando em classes comuns, mostraram a falta de estrutura para atender esse tipo de aluno. Os resultados revelaram barreiras físicas ao acesso às dependências das escolas, representadas pela falta de rampas, elevadores e portas com trinco automático. Também apontaram que muitos alunos tinham sua participação nas atividades escolares restringida; eram excluídos de algumas atividades manuais, de esporte ou atividades ao ar livre. Concluiu-se, assim, por meio dessa pesquisa, que a maneira como são organizadas as atividades, na maioria das vezes, não conseguem promover a participação de alunos com deficiência física.

É possível considerar que a existência de uma inadequação do processo de inclusão e a ausência de um trabalho participativo, entre os educadores e a família, que compromete a proposta do sistema escolar brasileiro, que visa assegurar a todos uma educação que considera a cultura da adversidade.

Pode-se afirmar, entretanto, que a educação inclusiva é algo que vem se efetivando, gradativamente, buscando superar toda uma história de isolamento, da discriminação e do preconceito, mas, que por sua vez, provoca muitos questionamentos, principalmente quando se pensa na escola regular, sua infraestrutura física e os recursos humanos. (MATTOS, 2000)

É importante que a escola prepare a pessoa com necessidades educacionais especiais não só para conviver em sociedade mais também para atuar diretamente no mercado de trabalho uma vez que também está abrindo as portas para esses indivíduos.

Um fator polêmico que desencadeia a atuação de profissionais com necessidades especiais é o sistema de cotas de vagas para que possam ingressar na chamada população economicamente ativa.

Para esses cidadãos as empresas, em parceria com os governos - federal, estadual e municipal determinam uma quantidade de vagas de empregos a serem ocupadas. Para muitos é uma forma de preconceito, porém para eles é uma chance de mostrar porque deve ser respeitado.

3.3. A Contribuição do Psicopedagogo no Processo de Inclusão Escolar

O movimento ensino-aprendizagem foca o aluno, no entanto, cada um apresenta um histórico e uma realidade diferentes, e estes aspectos estão inseridos em um meio distinto trazendo consigo expectativas e necessidades.

Diante disso, é preciso trabalhar a sua auto estima, para que se possa atingir o aprendizado, uma vez que o professor é apenas um veículo transmissor e todo movimento de aprendizagem é único do aluno. (PEREIRA, 2008). O autor acrescenta que (2008, p. 7):

O processo inclusivo proporciona uma verdadeira relação do ensino-aprendizagem-superação. Uma relação complementar e dependente, que se percorre circularmente a cada instante, a cada movimento, a cada descoberta, a cada nova maneira de ensinar e de aprender, e o psicopedagogo é peça chave no sucesso dessa empreitada. É preciso apoiar-se, não em estruturas fixas, estáticas, mas muito mais que isso, é preciso construir novas bases, novas formas de ensinar, e construir gradativamente, todos os dias.

No entanto, considera-se que, só a partir dessa construção que a inclusão acontecerá verdadeiramente na prática. Não se deve preocupar com o que dirão, mas com os resultados e com a luta pela cidadania.(PEREIRA, 2008)

Nesse contexto, é o Psicopedagogo que irá intervir quando a criança se deparar com suas limitações e se sentir frustrada em não conseguir executar imediatamente determinada tarefa, e trará à luz caminhos que os educadores deverão percorrer para ajudar, auxiliar e apoiar essa criança em seu desenvolvimento.

Dessa forma, o papel desse profissional é de suma importância uma vez que as habilidades individuais devem ser trabalhadas de forma contínua com alunos com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais. Para isso, é necessário que esse profissional tenha total apoio e possa contar com uma boa estrutura e um trabalho pedagógico de qualidade para que seja possível realizar um bom trabalho.(PEREIRA, 2008)

É importante saber lidar com as frustrações advindas dos insucessos surgidos, e isso consiste em uma grande virtude desse profissional que poderiam ser transformadas em ferramentas, para o desenvolvimento de novas táticas, de novas práticas, de novas didáticas, pois para educar é preciso criar o tempo todo em função dessas crianças e em função dos desafios por elas apresentados. (GARBINI, 2007)

É necessário, pois, a utilização estratégias psicopedagógicas previamente organizadas, a partir da necessidade real da criança, tais como: adaptações motoras, atividades adequadas a modalidade de aprendizagem correspondente, vivências sensório-motoras, construções referentes ao campo conceitual e orientações à família e a escola.

Essa mediação, oportunizada no espaço que se cria no momento psicopedagógico, viabiliza a interação entre o psicopedagogo e a criança com necessidades especiais com objetivo de reorganizar e refazer, seu saber rumo à sua autonomia e realização pessoal. (GARBINI, 2007)

Deve-se ressaltar, portanto, que o psicopedagogo acompanha não somente as crianças com necessidades especiais, mas deve também auxiliar os professores e os outros ligados diretamente com esses alunos para que aprendam a lidar com as dificuldades encontradas no dia a dia por meio da elaboração de atividades capazes de chamar a atenção e desenvolver com mais facilidades as habilidades individuais do mesmo. Essas atividades de aprendizagem assumidas pelos professores são interdependentes e envolvem desafios para os quais eles devem estar preparados.

Assim, a observação e a reflexão sobre suas ações, a análise do modo de regular as trocas sociais e culturais com colegas e alunos, as escolhas e o modo de atuação, o contexto no qual aprendem, seus conhecimentos prévios e pesquisas realizadas por eles e por outros, tudo isso contribui para a sua formação. (MARTINS, 2002)

Bossa (2000, p. 31) destaca que:

A psicopedagogia trabalha e estuda a aprendizagem, o sujeito que aprende, aquilo que ele está apontando como a escola em seu conteúdo sociocultural. É uma área das Ciências Humanas que se dedica ao estudo dos processos de aprendizagem. Podemos hoje afirmar que a Psicopedagogia é um espaço transdisciplinar, pois se constitui a partir de uma nova compreensão acerca da complexidade dos processos de aprendizagem e, dentro desta perspectiva, das suas deficiências.

Destaca-se, então, que há a necessidade de, não apenas conhecer a ação, mas orientá-la, integrando o trabalho de acompanhamento e procedimentos didáticos adequados à resolução de problemas de adaptação escolar, que emergem para a relação, a interação entre as pessoas e entre estas e o meio social.

Dessa forma, diagnosticar os problemas enfrentados pela instituição de ensino e pelos profissionais que estão ligados diretamente com a educação inclusiva é papel do Psicopedagogo, visando o desenvolvimento educacional amplo e de grande val no processo ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apontou os principais pontos de uma situação atinge, atualmente, as escolas tanto Públicas quanto Particulares, a Inclusão Escolar. Foi possível constatar, através de pesquisas bibliográficas identificar que a inclusão escolar visa reverter o percurso de exclusão de qualquer natureza e ampliar as possibilidades de inserção de crianças, jovens e adultos em escolas regulares.

O movimento mundial por uma educação para todos vem se fortalecendo, sobretudo, a partir das últimas décadas, porém, observa-se a complexidade que envolve a questão da identidade pessoal, da identidade social e mesmo das identidades nacionais, e isso se deve, em grande parte, à dualidade determinada pela presença ou ausência de participação ativa, dignidade e respeito

Considera-se que as situações de inclusão e exclusão ou marginalização do ser humano enquanto ser que pensa e age é grande responsável pela formação da personalidade do indivíduo.

O trabalho com crianças que apresentam esse tipo de situação é à sua volta devem se mobilizar a fim de garantir o sucesso em sua educação. É importante destacar o papel da família na educação de qualquer aluno, principalmente aqueles com necessidades educacionais especiais, uma vez que o processo de aprendizagem não deve terminar ao final da aula.

O psicopedagogo está, também, diretamente ligado ao processo de aprendizagem desses alunos, porém, assim como uns necessitam de atendimento educacional especial outros atravessam situações que requer a atenção especial desse profissional. Por isso, é importante observar o grande número de alunos que precisam de atendimento especial dentro da escola.

Os educadores tentam compreender a inclusão de forma a procurar meios para ajudar as crianças, jovens ou adultos portadores de necessidades educacionais especiais a superar todo processo educacional e de desenvolvimento de sua formação como cidadão capaz de atuar ativamente na sociedade a qual pertence.

Para todos aqueles que trabalham com Psicopedagogia é bastante comum a vivência de situações em que é preciso estabelecer a intervenção psicopedagógica em função das necessidades educacionais especiais do indivíduo. Os brinquedos, jogos e materiais pedagógicos desempenham neste momento um papel muito importante.

Dessa forma, foi possível perceber também, a necessidade em resgatar o sentido da educação especial, ainda que isto fosse capaz de desagradar aos que se colocam à frente das discussões sobre educação inclusiva, considerando que diante de necessidades educacionais especiais, a educação escolar deve responder com situações de ensino-aprendizagem diferentes das organizadas usualmente para a grande maioria dos educandos, ou seja, das situações comuns de ensino ou ensino regular.

Observou-se que a problemática é a falta de recursos que esses alunos encontram na escola e, a falta de preparo por parte do corpo docente que trabalha com a pessoa com necessidades educacionais especiais.

Assim, considera-se que apesar dos problemas enfrentados pelos profissionais responsáveis diretamente pela educação inclusiva, é importante destacar a necessidade de realizá-la nas escolas, levando em consideração a sociabilização desses e dos demais alunos que devem aprender diariamente a conviver com as diferenças uma vez que essas não se encontram apenas naqueles que possuem necessidades educacionais especiais.

É importante que o ser humano perceba que nem toda a diferença inferioriza as pessoas que possuem diferenças e igualdades, mas entre elas nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve ser diferente.

É necessário, então, que se tenha o direito de ser diferentes quando a igualdade é responsável por descaracterizar o homem e o direito de ser iguais quando a diferença é capaz de inferiorizá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.**

ALMEIDA, L. S. **Inteligência e aprendizagem**: Dos seus relacionamentos à sua promoção. Psicologia: Teoria e Pesquisa, São Paulo, 2002.

ALVES, Maria Dolores Fortes; BOSSA, Nádia. **Psicopedagogia**: em busca do sujeito autor. São Paulo, 2005.

ALVES, João Antônio. **Psicologia Escolar**. Artigo publicado. Porto Alegre, 2006.

AQUINO (org.). **Autoridade e Autonomia na escola**. Summus, 1999.

BOEKAERTS, M. Self-regulated learning at the junction of cognition and motivation. *European Psychologist*, 1996.

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. 2. Ed. rev. e atual. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

Darsie, M.M.P. **Avaliação e aprendizagem**. Cadernos de Pesquisa, 1996.

DEMBO, M.H. **Applying educational psychology in the classroom (3 ed.)**. New York: Longman, 1998.

GARBINI, Fabiane. **Atendimento Psicopedagógico e seu papel no processo de inclusão escolar**. Artigo publicado em 2007, disponível em <http://qualificarrh.blogspot.com>. Acesso em:

GASPARIAN, Maria Cecília Castro. **Psicopedagogia institucional**. São Paulo, Psicopedagogia, 1999. Disponível em:Acesso em:

GOTTI, M. O. **Integração e Inclusão**: nova perspectiva sobre a prática da educação especial. Londrina: Ed. UEL, 1998.

HELLER, Agnes. [et all] **A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

HEMMINGSON, H. B., L. **Environmental barriers in mainstream schools**. Trad. BORELL, Ana Luiza. Artigo publicado em 2001.

LIBÂNEO, L.C. **Adeus professor, adeus professora**: novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2001.

MACEDO, Lino de. **Ensaio Pedagógico**: Como Construir uma Escola para Todos? Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANTOAN, M.T.E. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Editora Scipione, 1988.

_____. **A solicitação do meio escolar e a construção das estruturas da inteligência no deficiente mental**: uma interpretação fundamentada na teoria de conhecimento de Jean Piaget. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP/Faculdade de Educação, 1991. Disponível em:

[Acesso em:](#)

_____. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Fala, Mestre! Entrevista com Maria Teresa Eglér Mantoan por Meire Cavalcante**. Revista Escola, 2005.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza**, classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MATTOS, E. A. de. **Contribuições do estudo e proposta para o processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais – deficiente mental – na escola regular.** Tese de Doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, SP, 2000.

MENDES, E. G. Perspectivas para construção da escola inclusiva no Brasil. Em M. S. Palhares & S. C. F. Marins (Orgs.), *Escola Inclusiva*. São Carlos: EduFSCar, 2002

METTRAU, M.B. & MATHIAS, M.T. **O papel social da prática pedagógica do professor na promoção das capacidades sócio-cognitivo-afetivas do alunado.** Tecnologia Educacional, 1998.

MIRANDA, M. J. de. **Educação, deficiência e inclusão no município de Maringá.** Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2001.

PEREIRA, Michelle Oliveira. **Educação e Inclusão.** Disponível em www.educacaoeinclusao.blogspot.com. Recanto das Letras, 2008. **Acesso em:**

POZZO, J.J. **Estratégias de Aprendizagem.** In: C. Coll, J. Palácios & A. Marchesi (Orgs), **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SAMPAIO, Simaia. **Um pouco da história da psicopedagogia.** Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/opiniaio/opiniaio.asp?entrID=422>, São Paulo, 2006. **Acesso em:**

SANTOS, M. S. O desafio de uma experiência. In: M. T. E. Mantoan (Org.), **Caminhos Pedagógicos da inclusão: como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras** (pp.16- 123) São Paulo: Memnon, 2001

SANTOS, Gislene A., SILVA, Divino José da (org.). **Estudos sobre Ética.** A construção de valores na sociedade e na Educação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

SANTOS, Joana Maria Rodrigues Di. A ação psicopedagógica e a transformação da realidade escolar. São Paulo, 2005.

SCOZ, Beatriz J. L. (org.); BARONE, Leda M. C.; CAMPOS, Maria C. M; MENDES, Mônica H. **Psicopedagogia: contextualização, formação e atuação profissional**. Porto alegre: Artes Médica Sul, 1991.

SILVA A.L. & SÁ, L. **Saber estudar e estudar para saber**. Coleção Ciências da Educação. Porto, Portugal: Porto Editora, 1997.

SOUZA NETO, João Clemente de. **A trajetória do menor a cidadão: filantropia, municipalização, políticas sociais**. São Paulo: Arte impressa, 2003.

WEINSTEIN, C.E. & MAYER, R.E. **The teaching of learning strategies**. Em **M. Wittrock (Org.), Handbook of research on teaching**. Trad. Ana Maria Trindade. New York: Macmillan, 1985.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém Mais Vai Ser Bonzinho Na Sociedade Inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.